

# Nota Informativa

Edição 058/2023

## DESTAQUES

- Na China, Lula e Xi Jinping assinam 15 acordos comerciais e de parceria
- AGU abre consulta pública sobre atuação de órgão contra desinformação
- Portaria que regula redes sociais não extrapola lei, diz ministério
- Atualização da Lei de Antenas beneficia mais de 83 milhões de brasileiros
- Redes sociais têm 72 horas para mostrar ao MJ medidas contra violência
- Anatel mantém obrigação da empresa Neko de investir em conectividade de escolas

## TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- CDH debaterá uso das redes sociais na incitação ao ódio, destaca Paim
- ANPD participa do CSC GovTech
- CDR faz série de críticas à proposta do governo para PL das Fake News
- Abratel, Abert e outras entidades criam cartilha de apoio ao PL das Fake News

## REFORMA TRIBUTÁRIA

- Grupo de trabalho debate reforma tributária com enfoque na distribuição de renda
- Reforma tributária não deve colidir com arcabouço fiscal, afirma Appy
- Estamos administrando a 'panela de pressão' da reforma tributária, afirma Appy
- Presidente do Sebrae quer Simples fora da reforma tributária
- Tebet defende manter desoneração da folha que favorece 17 setores até reforma ser

debatida

## **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Relator de MP diz que vai mudar algumas atribuições de ministérios

## **ECONOMIA E TRIBUTÁRIO**

Serviços ligam luz amarela sobre desempenho do setor, diz Kínitro

IPCA de março abre espaço para BC dar sinalizações positivas para juros em maio, diz Tebet

Recuo dos serviços em janeiro não é ponto de inflexão, diz gerente do IBGE

Simone Tebet diz que não é possível social sem fiscal e "uma coisa não exclui a outra"

PT pressiona Haddad para retirar teto de investimentos de novo arcabouço fiscal

## **JUDICIÁRIO**

STJ No Seu Dia fala sobre a teoria da imprevisão nas relações contratuais

Tribunal lança classificação dos processos com base nos eixos temáticos da Agenda 2030

Debate sobre aprimoramento de sistemas marca último dia do Fórum Nacional de Estatística Processual

Relatório de Gestão 2022: comunicação foi peça-chave no combate à desinformação, diz TSE

## **ORÇAMENTO**

PLDO 2024 será protocolado ainda na sexta (14), sob regra do teto, diz Tebet

MPO apresenta as diretrizes do PPA em encontro no Planalto

## **POLÍTICA**

Blocos com o centrão na Câmara vão ajudar governo, diz Padilha

Pacheco participa de encontro com presidente da China

Bloco não organiza ação do governo na Câmara, diz Limongi

Lira diz que projeto que criminaliza fake news será votado entre os dias 26 e 27 de abril

## **RELAÇÕES EXTERIORES**

Haddad diz que governo reforçou pedido por Bolívia no Mercosul

'Ninguém vai proibir que o Brasil aprimore sua relação com a China', diz Lula em reunião com Xi Jinping

**TRABALHISTA**

Falta de perícia médica remota do INSS desrespeita princípios da Constituição, diz TCU

Exigência de intervenção sindical em demissões em massa vale a partir da publicação da ata da decisão do STF

**DESTAQUES****Na China, Lula e Xi Jinping assinam 15 acordos comerciais e de parceria**

Poder Executivo | 14/04/2023 – 08h03min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da China, Xi Jinping, assinaram uma série de acordos comerciais e de parceria, durante encontro na sexta-feira (14), em Pequim. A cerimônia ocorreu no Grande Palácio do Povo, pela manhã, no horário de Brasília (à tarde no horário local). Foram 15 acordos assinados entre os dois governos, fora os acertados entre empresas brasileiras e chinesas. Os termos tratam principalmente de cooperação para desenvolvimento de tecnologias, intercâmbio de conteúdos de comunicação entre os dois países, e ampliação das relações comerciais, investimentos em infraestrutura, clima, energia e comércio. Um dos acordos traz um protocolo que deve ser seguido pelos frigoríficos brasileiros para exportação de carne para a China. O Brasil é o maior fornecedor de carne bovina ao país. O documento também traz obrigações do governo brasileiro para fiscalização das medidas. Outros acordos preveem um plano de cooperação espacial entre os dois países, até 2032, e o lançamento do sétimo satélite na parceria entre Brasil e China: o CBERS-6. Após a cerimônia de assinatura dos acordos, a previsão é que Lula participe de um jantar e depois siga para a Embaixada Brasileira em Pequim, para fazer uma declaração à imprensa. A lista completa se encontra disponível na reportagem. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

**AGU abre consulta pública sobre atuação de órgão contra desinformação**

Poder Executivo | 14/04/2023 – 14h02min

A Advocacia-Geral da União (AGU) abriu na sexta-feira (14) consulta pública sobre o funcionamento da recém-criada Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD). Os interessados têm até 23 de abril para enviar contribuições. Para participar, basta entrar no site da consulta e se identificar com nome completo e CPF. Uma minuta (esboço inicial) da regulamentação da PNDD foi disponibilizada para que sejam feitas sugestões sobre o teor da norma. Entre as atribuições do novo órgão, de acordo com a minuta, está a de representar a União em "demandas e procedimentos para resposta e enfrentamento à desinformação sobre políticas públicas amparadas em valores democráticos e direitos constitucionalmente garantidos". A criação da PNDD foi impulsionada após os atos antidemocráticos de 8 de janeiro, em que as sedes dos Três Poderes foram invadidas e depredadas. Após os ataques, o advogado-geral da União, Jorge Messias, promoveu o que chamou de "rearranjo de atribuições" dentro da AGU, criando a Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia. A competência declarada da nova procuradoria é monitorar notícias falsas e distorções sobre instituições ou políticas públicas e acionar a Justiça sempre que identificar danos ao funcionamento da democracia. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

**Portaria que regula redes sociais não extrapola lei, diz ministério**

Poder Executivo | 14/04/2023 – 11h57min

Diante de ataques recentes a escolas e do temor gerado por ameaças em perfis das redes sociais, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) publicou portaria que busca dar mais controle a conteúdos divulgados por essas plataformas. A norma, assinada pelo ministro Flávio Dino, atribui à Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e à Secretaria de Segurança Pública (Senasp) a tarefa de agir em meio à disseminação de conteúdos ilícitos, prejudiciais ou danosos nas redes sociais. A portaria prevê que a Senacon instaure processo administrativo para apurar e responsabilizar as plataformas diante da propagação de conteúdos que incentivem ataques contra o ambiente escolar ou que façam apologia e incitação a esses crimes e seus perpetradores. Já a Senasp deverá orientar as plataformas para impedir a criação de novos perfis a partir de endereços de protocolo de internet (endereço IP) em que já foram detectadas atividades ilegais, danosas e perigosas referentes a conteúdos de extremismo violento. Sobre o tema, a Agência Brasil entrevistou a coordenadora de Direito Digital do ministério, Estela Aranha, que participou da elaboração da portaria. A advogada comentou possíveis embates entre a norma e o Marco Civil da Internet; a mediação de conteúdos por plataformas privadas e o risco de censura; até onde deve ir a vigilância geral das plataformas sobre seus usuários; e como o Ministério da Justiça se balizou juridicamente para editar a norma. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Atualização da Lei de Antenas beneficia mais de 83 milhões de brasileiros**

Poder Executivo | 14/04/2023 – 12h18min

A população de 302 municípios, que representa 39% (83,4 milhões) dos brasileiros, conta com regulamentações modernizadas para atender às demandas de instalação de tecnologias mais avançadas, como o 5G. Os dados são da Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações (Abrintel), que congrega as principais empresas detentoras de infraestruturas de suporte de redes de telecomunicações e tem feito um monitoramento em todo o Brasil sobre a atualização de tais legislações. "A atualização das legislações locais facilita a implantação do 5G, que exige um maior número de antenas e, assim, uma adequação das normativas que hoje estão defasadas", lembra o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. Das 27 capitais, apenas Goiânia, Palmas, Salvador e Recife não atualizaram suas normas de antenas até o momento. Outras 17 cidades com leis atualizadas têm mais de 500 mil habitantes; 45, mais de 200 mil, outras 45 cidades, mais de 100 mil; 38 têm mais de 50 mil e outras 134 têm menos de 50 mil habitantes. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Redes sociais têm 72 horas para mostrar ao MJ medidas contra violência**

Mercado | 13/04/2023 – 21h51min

As plataformas digitais terão até 72 horas para explicar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que medidas estão adotando para restringir conteúdos que incitem violência em instituições de ensino. O prazo começará a contar a partir do recebimento das notificações emitidas na quinta-feira (13) pelo secretário nacional do Consumidor, Wadih Damous. O pedido de notificações ocorre um dia após o ministro da Justiça, Flávio Dino, assinar uma portaria que obriga as empresas a retirarem imediatamente conteúdos que promovam violência após pedido das autoridades competentes. As plataformas também terão de promover a moderação ativa de conteúdos e de contas e adotar um sistema contínuo de avaliação de riscos para evitar novas ameaças a escolas. A portaria também determina que as plataformas informem à Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça as regras dos algoritmos de recomendação de informações. Segundo secretário, as redes sociais não são neutras em relação aos conteúdos publicados nelas, ao determinarem o alcance das publicações, sugerir postagens e contas, além de definirem o

que pode ser moderado. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Anatel mantém obrigação da empresa Neko de investir em conectividade de escolas**

Poder Executivo | 13/04/2023 – 19h10min

O Conselho Diretor aprovou, por unanimidade, a proposta do conselheiro relator Vicente Aquino para manter a obrigação da Neko Serviços de Comunicações Entretenimento e Educação Ltda. de aportar recursos financeiros na Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE), no valor de R\$ 53.788.477,88. A empresa foi ganhadora de blocos de radiofrequência na faixa de 26GHz no Edital do 5G e assumiu o compromisso de pagar referido valor em seis parcelas, para fins de execução de projetos de conectividade em escolas públicas de educação básica. Antes do vencimento da primeira parcela, a Neko renunciou ao direito de uso de radiofrequência e buscou afastar sua obrigação de depósito. No entanto, a área técnica declarou a inadimplência contratual da empresa, o que foi confirmado por Aquino em sede recursal. Segundo o relator, que também é o presidente do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (GAPE), o valor que a Neko se negava a aportar poderia levar internet de alta velocidade para pelo menos 215 escolas durante três anos e beneficiar 38.700 alunos. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

### **CDH debaterá uso das redes sociais na incitação ao ódio, destaca Paim**

Poder Legislativo | 14/04/2023 – 11h28min

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou em pronunciamento na sexta-feira (14) que a Comissão de Direitos Humanos (CDH), da qual é presidente, vai realizar audiência pública para discutir o uso das redes sociais para incitar ódio, violência e racismo. O parlamentar afirmou que os casos aumentaram de forma expressiva nos últimos anos, causando medo e perplexidade na população. Segundo ele, a comissão vai ouvir especialistas de todas as áreas e representantes de empresas como Facebook, Instagram, Twitter e TikTok. — Liberdade de expressão e de opinião não é liberdade de agressão, de ofensa. Não é fomento a criminalidade, não é fomento a morte e até assassinatos, como estamos vendo crescendo no Brasil. Os resultados são trágicos, não podemos subestimar o potencial negativo que ela tem com o indivíduo. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **ANPD participa do CSC GovTech**

Poder Executivo | 13/04/2023 – 18h

Na quarta-feira (12/03), o Assessor do Conselho Diretor da ANPD, Jeferson Barbosa, representou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados no evento CSC GovTech|DF, realizado pela Plataforma Connected Smart Cities e pelo Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis - IBRACHICS, que aconteceu no Museu Nacional da República, em Brasília. Jeferson palestrou no painel “Infraestrutura e Segurança Digital” sobre o tema “Proteção de Dados Pessoais na Nuvem”. O Assessor enfatizou a notoriedade das vantagens da utilização dos dados em nuvem, no entanto destacou a pouca clareza dos problemas que envolvem a privacidade, a segurança da informação, a segurança dos dados pessoais, que é uma obrigação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. “Quando falamos de proteção de dados pessoais no País, a LGPD é uma lei principiológica que traz 10 princípios fundamentais da proteção de dados, que deverão ser respeitados em todos os tratamentos de dados pessoais que são

realizados, neles incluídos o processamento e o armazenamento dos dados em nuvem”, ressaltou. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **CDR faz série de críticas à proposta do governo para PL das Fake News**

Mercado | 13/04/2023 – 17h37min

A Coalizão Direitos na Rede (CDR) publicou na quarta-feira, 12, documento em que manifesta críticas e preocupações com as recentes propostas apresentadas pelo governo ao [PL 2.630/2020](#), conhecido como PL das Fake News. Ao mesmo tempo que aponta diversas críticas, a rede de entidades pondera que a proposta saída do Poder Executivo avança em pontos tidos como fundamentais para o debate, como as exigências de transparência das plataformas e de anúncios, sistemas de recomendação, franqueamento do acesso aos dados das plataformas a pesquisadores e a ideia transversal de proteção de crianças e adolescentes presente no texto. Entre as críticas apresentadas pela CDR, destacam-se: o "Dever de Cuidado", que resultam em poderes de Judiciário às plataformas, inclusive na análise de crimes, incentivando a retirada de conteúdos e potencializando o poder das plataformas; outra crítica viria pela necessidade de uma Entidade Autônoma de Supervisão, um novo órgão vinculado à Administração Pública Indireta, dotado de autonomia funcional, financeira e administrativa e com participação social. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Abratel, Abert e outras entidades criam cartilha de apoio ao PL das Fake News**

Mercado | 13/04/2023 – 16h06min

Entidades do setor de comunicação como Abratel e Abert, que representam empresas de rádio e TV, publicaram na quarta-feira, 12, uma cartilha com propostas ao Projeto de Lei ([PL](#)) [2.630/2020](#), conhecido como PL das Fake News. Organizadas em um coletivo chamado de "Coalizão da Comunicação para os Desafios do PL das Fake News", as associações do setor de comunicação fazem uma defesa da proposta do texto apresentado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). Para as entidades, o PL é a única saída para combater a proliferação de desinformação no Brasil, já que o texto foi bastante debatido e apresenta um acúmulo de um processo longo de discussões. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **REFORMA TRIBUTÁRIA**

### **Grupo de trabalho debate reforma tributária com enfoque na distribuição de renda**

Poder Executivo | 14/04/2023 – 15h59min

O grupo de trabalho sobre o sistema tributário nacional (PEC 45/19 e PEC 110/19, do Senado) realiza audiência pública com o tema: "Reforma Tributária sob a Perspectiva Distributiva: aspectos sociais, gênero, raça, cashback". O deputado Ivan Valente (Psol-SP), um dos autores do requerimento de convocação da audiência, afirmou que é fundamental debater, junto aos membros da sociedade civil e das organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas ao movimento negro, "uma reforma tributária sob uma perspectiva de uma tributação justa, sendo esta uma reparação histórica". Foram convidadas para o debate, entre outros nomes, a doutora em Economia e professora da Universidade Federal do Oeste da Bahia, Luana Passos de Souza; e a doutora em Administração e pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Tatiana Dias Silva.. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Reforma tributária não deve colidir com arcabouço fiscal, afirma Appy

Poder Executivo | 14/04/2023 – 13h14min

O secretário especial da reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, diz que a agenda legislativa da reforma tributária sobre consumo não deve colidir com a do arcabouço fiscal. Segundo o secretário, a perspectiva, baseada no que os próprios parlamentares sinalizam, diz ele, é de que o relator da reforma tributária na Câmara dos Deputados, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresente o relatório do Grupo de Trabalho (GT) em 16 de maio. Nesse período, diz Appy, o que se espera é que já se estará acabando de votar na Câmara o arcabouço fiscal. As declarações foram dadas em evento virtual do qual o secretário participou esta manhã, promovido pela Ponteio Político e pelas consultorias MCM e LCA. O GT da reforma tributária, explica, é composto atualmente por 13 deputados que se debruçam sobre os textos da Proposta de Emenda à Constituição ([PEC 45/2019](#)) e da [PEC 110/2019](#). O GT tem feito estudos, reuniões e audiências e a partir disso deve ser elaborado um relatório com análise e recomendação que servirá de base para a elaboração de relatório de texto substitutivo para votação no plenário da Câmara dos Deputados. A votação pelo plenário é esperada para meados a fim de junho. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Estamos administrando a 'panela de pressão' da reforma tributária, afirma Appy

Poder Executivo | 14/04/2023 – 11h23min

O momento atual de debate da reforma tributária é de gestão da “panela de pressão”, diz o secretário especial de reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. “Não podemos deixar a panela explodir, mas não podemos tirar a pressão antes da hora”, disse ele em evento do qual participa agora, promovido pela Ponteio Político, em conjunto com as consultorias MCM e LCA. Appy diz esperar que a emenda da reforma seja votada no plenário da Câmara dos Deputados ao fim de junho. Segundo Appy, há pressão para que a reforma tributária garanta tratamentos favorecidos para alguns setores, mas ainda não é o momento de colocar na mesa eventuais benefícios. Não se pode entregar benefícios antes da hora, diz ele, porque perde-se o valor de negociação política. Ele diz, porém, que possíveis tratamentos nesse sentido estão já sendo discutidos e que o governo defende que isso aconteça da forma mais racional possível. “Essa pressão já estava no script, ninguém imaginava que seria diferente”. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Presidente do Sebrae quer Simples fora da reforma tributária

Mercado | 13/04/2023 – 22h22min

O novo presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Décio Lima, defende que o regime do Simples Nacional fique de fora da reforma tributária. Disse contar com o apoio do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), um dos principais articuladores da proposta. O Simples Nacional abarca mais de 90% das empresas brasileiras. É um regime tributário que cobra impostos em cima do valor de faturamento. As empresas do grupo arrecadam até R\$ 4,8 milhões por ano. A maioria é formada por microempreendedores individuais, conhecidos como MEIs, e negócios de pequeno porte. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Tebet defende manter desoneração da folha que favorece 17 setores até reforma ser debatida

Poder Executivo | 13/04/2023 – 21h30min

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou na quinta-feira, 13, que o governo deve prorrogar a desoneração da folha de pagamentos (redução dos encargos cobrados sobre os salários dos funcionários), que atualmente favorece 17 setores da economia, até o assunto ser abordado pela terceira fase da reforma tributária, que vai tratar dos impostos sobre o emprego. “Eu acredito que, enquanto a reforma tributária do emprego não vier, os 17 setores não devem ser reonerados”, disse em evento da prefeitura de Araraquara (SP), ponderando que não pode “tornar pública” essa informação porque o assunto também é tratado pelo Ministério da Fazenda e pela Casa Civil. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Relator de MP diz que vai mudar algumas atribuições de ministérios

Poder Executivo | 13/04/2023 – 18h24min

Em audiência na comissão mista da medida provisória da estruturação do governo, técnicos da equipe econômica reafirmaram que não houve aumento de gastos com os 37 ministérios porque alguns tiveram os nomes alterados e outros foram desmembrados. O vice-líder do PT, senador Humberto Costa (PE), declarou que o presidente Lula determinou que a nova Esplanada atendesse às diretrizes do governo sem onerar o contribuinte. Já o relator da MP 1154/2023, deputado Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL), antecipou que vai manter os 37 ministérios, mas vai alterar atribuições. Ele citou que deverá devolver para o Ministério da Justiça a responsabilidade da demarcação de terras, hoje no Ministério dos Povos Indígenas. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

### Serviços ligam luz amarela sobre desempenho do setor, diz Kínitro

Mercado | 14/04/2023 – 12h05min

O recuo de 3,1% do volume de serviços prestados no país devolve a forte expansão registrada em dezembro, com itens voláteis como transportes e outros serviços caindo em magnitude parecida ao do último mês de 2022. Ainda assim, o desempenho de janeiro acende uma luz amarela sobre a trajetória do setor, diz o head de pesquisa macroeconômica da Kínitro Capital, João Savignon. “É meio que uma devolução de dezembro. De qualquer maneira, três dos cinco grandes grupos tiveram queda, então o ano começa com carregamento ruim. Se ficar estável em fevereiro e março, fecha o trimestre com recuo de 1,2%”, diz o economista. Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), o volume de serviços caiu 3,1% em janeiro, após alta revisada de 2,9% em dezembro. O número ficou abaixo do piso das estimativas de 25 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, que variava entre 2,1% a +1,2%, com mediana em 1,4%. Apesar da surpresa negativa na margem, Savignon ressalta que é preciso ter cautela ao projetar uma desaceleração maior da economia. Ele lembra que, na comparação interanual, o segmento ainda registra alta de 6,1%, ritmo mais forte que todos os demais setores, e que os serviços são menos dependentes do crédito. “O setor deve mostrar resiliência à medida em que os dados do mercado de trabalho ainda apontam crescimento real da renda”, diz. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### IPCA de março abre espaço para BC dar sinalizações positivas para juros em maio, diz Tebet

Poder Executivo | 14/04/2023 – 11h36min

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse não ter dúvidas de que o resultado da inflação de março abaixo das expectativas mostra espaço para o Banco Central começar a falar em uma queda de juros. Ela afirmou também esperar ver alguma sinalização nesse sentido nos documentos (comunicado e ata) da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de maio. "Tenho convicção de que parte desse crescimento de juros veio em função da instabilidade política gerada no período eleitoral e um pouco antes dele. Não estou dizendo que não tem outros fatores, mas, parte desse 13,75% [patamar atual da Selic], é preciso entender que veio em cima de uma situação que não existe mais hoje no Brasil", afirmou Tebet após receber uma agenda de propostas até 2034 do Movimento Brasil Competitivo (MBC) na sexta-feira (14) em São Paulo. Segundo ela, o Brasil tem atualmente "estabilidade democrática e política". "A pergunta é: por que 13,75%? Na nossa visão, é fruto de um cenário que não mais existe, de instabilidade política e até institucional. Hoje, vivemos um clima em que a polarização está começando a arrefecer, a estabilidade política e institucional é muito forte, os poderes trabalham de forma harmônica, com o Congresso nacional sendo parceiro do Executivo", afirmou. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Recuo dos serviços em janeiro não é ponto de inflexão, diz gerente do IBGE**

Poder Executivo | 14/04/2023 – 11h04min

Ao avaliar o comportamento dos serviços em janeiro, com queda de 3,1%, o gerente da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), Rodrigo Lobo, afirmou que não é possível ainda classificar o movimento como um ponto de inflexão na trajetória de crescimento do setor. A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que o recuo de 3,1% foi o maior para um mês de janeiro da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012, e é o mais intenso desde março de 2021 (-4,2%). Ele destaca que o setor alcançou o pico de sua série histórica em dezembro – o que traz uma base de comparação elevada para o indicador. Além disso, afirma que a perda foi puxada por dois segmentos – transportes e outros serviços –, que recuaram em janeiro por fatores pontuais. Não há, segundo ele, sinais de arrefecimento dos segmentos que vêm puxando o setor de serviços para esse patamar elevado. "Essa queda de 3,1% não pode ser enxergada como ponto de inflexão porque é uma primeira queda, calcada em dois setores, que são transportes e outros serviços. [...] Não é indicativo de qualquer ponto de inflexão do bom comportamento que o setor de serviços vem apresentando no pós-pandemia", disse o gerente da pesquisa. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Simone Tebet diz que não é possível social sem fiscal e "uma coisa não exclui a outra"**

Poder Executivo | 14/04/2023 – 10h56min

Apesar dos pensamentos diversos, há harmonia na equipe econômica do governo federal, que sabe que não é possível ter compromisso social sem responsabilidade fiscal e se preocupa em sinalizar para o mercado e os credores, através de um arcabouço fiscal crível, compromisso com superávits primários e estabilização da dívida, indicou a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, ao falar na sexta-feira (14) para uma plateia de empresários em São Paulo. "Esses cem dias não foram fáceis", disse Tebet. Ela recebeu do Movimento Brasil Competitivo (MBC) uma proposta para impulsionar o crescimento sustentável e o bem-estar social no Brasil nos próximos 12 anos, conforme antecipado pelo Valor. "Tivemos que, nesses cem dias, trocar os pneus com o carro em movimento", afirmou a ministra, comparando seu ministério a "uma torre de controle de um grande aeroporto". Tebet reforçou que tem se "dado muito bem" com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, quem disse ser generoso com o Planejamento. "Tem nos ouvido. Nós temos auxiliado o

ministro no arcabouço fiscal”, afirmou. “Há harmonia na equipe econômica, embora pensemos diferente”. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **PT pressiona Haddad para retirar teto de investimentos de novo arcabouço fiscal**

Poder Executivo | 14/04/2023 – 05h

O PT pressiona o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para evitar que o texto final do arcabouço fiscal, a ser encaminhado para o Congresso Nacional na próxima semana, contenha travas para investimento público, como planeja a equipe econômica. “O que a gente defendeu no PT e quer dialogar com a Fazenda é liberar investimentos de qualquer trava. Não ter trava nenhuma, não ficar com o limite de só ser corrigido pela inflação. A gente não quer ficar limitado”, afirmou ao Estadão/Broadcast a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **JUDICIÁRIO**

### **STJ No Seu Dia fala sobre a teoria da imprevisão nas relações contratuais**

Poder Judiciário | 14/04/2023 – 09h45min

O podcast STJ No Seu Dia desta semana recebe a redatora do portal de notícias do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Júlia Azambuja para um bate-papo sobre a teoria da imprevisão nas relações contratuais. Na conversa com os jornalistas Fátima Uchôa e Thiago Gomide, Júlia conta que essa teoria se refere à possibilidade de ocorrência de fatos novos que não podiam ser previstos pelas partes, nem a elas imputado, mas que trazem reflexos para a execução do contrato. “No Brasil, a aplicação da teoria está prevista, em especial, nos [artigos 478 a 480 do Código Civil](#). Muito conhecida no direito dos contratos, a teoria da imprevisão ganhou novos contornos com o advento da pandemia da Covid-19, quando a crise mundial de saúde afetou gravemente o cumprimento dos acordos”, explicou. A redatora destaca que a imprevisão e os efeitos dela nos contratos já foram analisados pelo STJ sob diferentes enfoques, como nos contratos administrativos e no direito do consumidor. Fonte: ASCOM STJ

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Tribunal lança classificação dos processos com base nos eixos temáticos da Agenda 2030**

Poder Judiciário | 14/04/2023 – 09h

A Secretaria Judiciária do Superior Tribunal de Justiça (STJ) adotou, como forma de contribuir para a implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas, uma nova classificação dos processos, com base nos eixos temáticos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A agenda – adotada pelo STJ – é um acordo global para promover o desenvolvimento sustentável do planeta em três dimensões: econômica, social e ambiental. Descrita em um plano de ação que indica 17 objetivos, subdivididos em 169 metas, a agenda busca, no âmbito da Justiça, garantir os mesmos direitos a todas as pessoas, sem qualquer tipo de discriminação. A nova ferramenta, que observa os critérios da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), permite ao usuário vários tipos de pesquisas e cruzamentos de dados com base na correlação entre os processos e os ODS. O projeto tem o objetivo de fornecer dados estatísticos sobre processos em tramitação para subsidiar as instituições que trabalham com políticas relacionadas aos ODS, sem nenhuma interferência no mérito dos julgamentos. Fonte: ASCOM CNJ

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Debate sobre aprimoramento de sistemas marca último dia do Fórum Nacional de Estatística Processual

Poder Judiciário | 13/04/2023 – 18h44min

Servidoras e servidores da Justiça Eleitoral (JE) que trabalham com a extração e o tratamento de dados estatísticos processuais se reuniram na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, para o I Fórum Nacional de Estatística Processual e Gestão Processual Eleitoral. Na quinta-feira (13), segundo dia do evento, o foco do debate foram os sistemas estatísticos utilizados na JE. Pela manhã, entre os temas abordados, destaque para o projeto do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO), que, a partir da instalação de painéis digitais de dashboards com uso de Business Intelligence (BI), conseguiu informatizar a gestão processual no estado. De acordo com o assessor especial de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão do TRE-GO, José Carlos da Silva, a ferramenta traz toda a estatística processual baseada nos sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral. “Os painéis permitem a gestão de informação com base em dados, o que eleva o grau de maturidade da gestão. Até o momento, o projeto já foi replicado em 12 Tribunais Regionais”, relatou. Fonte: ASCOM TSE

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## Relatório de Gestão 2022: comunicação foi peça-chave no combate à desinformação, diz TSE

Poder Judiciário | 13/04/2023 - 17h

Uma instituição sólida e a serviço da democracia. No ano em que a Justiça Eleitoral completou 90 anos e o Brasil realizou uma das eleições mais disputadas da história, a Secretaria de Comunicação e Multimídia (Secom) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) desenvolveu diferentes estratégias para garantir uma imagem institucional consolidada e eficiente, bem como para assegurar o pleno acesso dos cidadãos aos serviços eleitorais. O enfrentamento das fake news se manteve como um dos pilares do Tribunal, ocorrendo em diferentes frentes. Por sua vez, o Portal do TSE manteve a atualização diária de notícias, oferecendo à sociedade informações oficiais com rapidez e clareza. A página Fato ou Boato, uma das ferramentas do Programa Permanente de Enfretamento à Desinformação – que hoje conta com 162 parceiros – fomentou a circulação de conteúdos verídicos, estimulando a verificação por meio de notícias checadas, recomendações e conteúdos educativos. Até novembro de 2022, a página publicou 193 textos esclarecendo notícias falsas, manipuladas ou descontextualizadas. O Tira-Dúvidas do TSE no WhatsApp também passou a atuar no combate às fake news. A ferramenta funcionou assim: os conteúdos não verificados foram encaminhados a um grupo de checadores. Assim que a checagem foi concluída, os usuários foram notificados no celular, pelo chatbot da Justiça Eleitoral. O encontro “Plataformas Digitais e Partidos Políticos: o enfrentamento à desinformação como instrumento de promoção da democracia” apresentou aos representantes das agremiações ações voltadas às boas práticas no uso das mídias on-line, além de promover um debate sobre a conscientização quanto às regras e às políticas aplicáveis ao processo eleitoral. O TSE realizou ainda encontros regulares com representantes das legendas que disputaram as Eleições 2022 e que estão comprometidas com a democracia brasileira. ASCOM TSE

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## ORÇAMENTO

### PLDO 2024 será protocolado ainda na sexta (14), sob regra do teto, diz Tebet

Poder Executivo | 14/04/2023 – 11h48min

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, confirmou que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2024 será protocolado ainda hoje, mesmo que em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), ainda sob a regra do teto de gastos. Segundo ela, o texto "vai assustar" porque "vai mostrar o Brasil real" em relação às contas públicas sob a regra do teto. "Vai mostrar que não temos espaço fiscal para absolutamente nada de novo, ao contrário, precisaríamos tirar despesa discricionária [não obrigatória], basicamente zeramos despesa discricionária", afirmou após participar de evento em que recebeu uma agenda de propostas do Movimento Brasil Competitivo (MBC) hoje em São Paulo. "Hoje, temos algo em torno de R\$ 200 bilhões em despesas discricionárias. Se tirar as emendas parlamentares, sobram R\$ 170 bilhões para o poder Executivo atender todo o Brasil, em todas as áreas, em todos os setores. Com o teto de gastos, nós perdemos praticamente todo esse recurso. Sobra um valorzinho muito modesto, que vocês vão ver no Diário Oficial", afirmou a jornalista. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **MPO apresenta as diretrizes do PPA em encontro no Planalto**

Poder Executivo | 13/04/2023 – 18h49min

A Secretária Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento, Leany Lemos, apresentou as diretrizes de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 para os participantes da 3ª reunião do Fórum dos Secretários-executivos na terça-feira (11/4). A recepção foi positiva e a secretária-executiva da Casa Civil e ex-ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, cobrou comprometimento das pastas com a elaboração do PPA participativo. Lemos enfatizou que o PPA está sendo proposto de modo a refletir a escolha que o povo brasileiro fez nas urnas durante as últimas eleições. "Analisamos o plano de governos e as falas do presidente, juntamente com documentos nacionais e internacionais que trouxessem visões do país para pensarmos o Brasil de hoje e o Brasil do futuro na próxima década e até um pouco mais", disse. Fonte: ASCOM MPO

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **POLÍTICA**

### **Blocos com o centrão na Câmara vão ajudar governo, diz Padilha**

Poder Legislativo | 14/04/2023 – 13h25min

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), afirmou na sexta-feira (14) que a formação de dois blocos na Câmara dos Deputados vai ajudar o governo Lula na aprovação de projetos. A declaração foi dada após encontro fechado com empresários e representantes de empresas dos Estados Unidos para um balanço dos cem dias de governo, na Amcham (Câmara Americana de Comércio), em São Paulo. O ministro também afirmou que a aproximação do governo com a China não atrapalhará a relações com os Estados Unidos. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Pacheco participa de encontro com presidente da China**

Poder Legislativo | 14/04/2023 – 11h18min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, participou na sexta-feira (14), juntamente com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do encontro com o presidente da China, Xi Jinping, em Pequim. A comitiva do governo e de parlamentares brasileiros acompanhou a assinatura de 15 acordos comerciais e de parceria entre as duas nações. Eles cumprem agenda no país desde quinta-feira (13) com o objetivo de reforçar as relações diplomáticas com os chineses e atrair mais investimentos para o Brasil. "A reunião foi o ponto alto da

agenda da missão oficial do governo brasileiro à China, que tem o objetivo de selar importantes acordos comerciais entre os dois países. Uma relevante pauta para nossa nação, em razão de o país asiático ser um dos nossos principais parceiros”, destacou Pacheco no Instagram. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Bloco não organiza ação do governo na Câmara, diz Limongi**

Poder Legislativo | 14/04/2023 – 05h

Para o cientista político Fernando Limongi, a formação de grandes blocos partidários na Câmara dos Deputados não parece ser um princípio de organização de uma maioria para o governo na Casa. Em resposta ao bloco MDB-PSD-Republicanos-Podemos, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou a formação de um agrupamento com a participação de 173 deputados de várias siglas, do PP aos esquerdistas PSB e PDT. Limongi vê isso como uma mera aliança conjuntural para composição das comissões da Casa. A dificuldade para formação de uma maioria para o governo persiste, diz, e passa pela dificuldade de lideranças de medir o que restou da força do ex-presidente Jair Bolsonaro e da extrema direita. Outro fator, avalia, é conflito entre Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre a composição das comissões para análise de medidas provisórias. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Lira diz que projeto que criminaliza fake news será votado entre os dias 26 e 27 de abril**

Poder Legislativo | 14/04/2023

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na quinta-feira (13) que pretende colocar em votação no plenário o projeto que criminaliza a divulgação de fake news entre os dias 26 e 27 de abril. Aprovado pelo Senado em 2020, o texto em análise na Câmara prevê punições para a divulgação de conteúdos falsos e responsabiliza plataformas por negligência no combate à desinformação. Em entrevista ao programa Conexão da GloboNews, Lira afirmou que o relator, deputado Orlando Silva (PcdoB-SP) estará à disposição dos líderes para fechar um acordo e aprovar o texto. “A intenção da presidência é trazer para a pauta entre os dias 26 e 27. Daqui para lá o deputado Orlando está à disposição – como coloquei para todos os líderes – das lideranças, dos deputados”, disse Lira. Lira lembrou que a proposta está sendo discutida na Câmara há mais de três anos e defendeu a prerrogativa da Casa de legislar sobre o assunto. “No último ano nós pegamos um momento de polarização intensa. Aquela politização entre liberdade de expressão e regulação. Mas todos sabem que se não legislarmos, se não coibirmos os excessos, não impusermos os limites legislativos mínimos que sejam, nós vamos estar sempre na mão ou de um abuso ou de uma injustiça”, declarou. Fonte: ABAP

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **RELAÇÕES EXTERIORES**

### **Haddad diz que governo reforçou pedido por Bolívia no Mercosul**

Poder Executivo | 14/04/2023 – 14h30min

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na 6ª feira (14) que o governo reforçou o pedido ao Senado para avaliar o ingresso da Bolívia no Mercosul (Mercado Comum do Sul). Desde 2015, o país sul-americano está em processo de adesão, que depende dos congressos nacionais dos países que formam o bloco regional: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em entrevista a jornalistas na China, o chefe da equipe

econômica, trata-se de um “desejo” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de fortalecer o Mercosul. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **'Ninguém vai proibir que o Brasil aprimore sua relação com a China', diz Lula em reunião com Xi Jinping**

Poder Executivo | 14/04/2023 – 07h15min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) declarou na sexta-feira (14) em Pequim, em reunião com o presidente da China, Xi Jinping, que deseja aprofundar a relação entre os dois países em diversas áreas nos próximos quatro anos – e que “ninguém” poderá proibir essa aproximação. “Ontem fizemos visita à Huawei, em uma demonstração que queremos dizer ao mundo que não temos preconceito em nossas relações com os chineses. Ninguém vai proibir que o Brasil aprimore sua relação com a China”, disse o presidente na reunião aberta entre os líderes. Lula cumpre visita oficial ao país acompanhado de ministros e da primeira-dama, Janja. Na sexta-feira (14), os presidentes de Brasil e China se reuniram em um encontro bilateral e assinaram atos conjuntos. Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

## **TRABALHISTA**

### **Falta de perícia médica remota do INSS desrespeita princípios da Constituição, diz TCU**

Poder Legislativo | 14/04/2023

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou, sob a relatoria do ministro Jhonatan de Jesus, representação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a interrupção da realização de perícias médicas, com o consequente impacto nas prestações previdenciárias durante a pandemia de Covid-19. Além disso, essa representação foi complementada por outra, formulada pelo Ministério Público Federal, acerca da possibilidade de uso de teleavaliação social para fins de concessão de benefícios de prestação continuada. O TCU decidiu dar ciência ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à Subsecretaria de Perícia Médica Federal que a não instituição da perícia médica por canais remotos contrariou a legislação e os princípios constitucionais da eficiência e da dignidade humana. Se implementada, a perícia remota aumentaria o ritmo dessas avaliações e reduziria o prazo para o pagamento do benefício por incapacidade temporária. De forma assemelhada, em relação ao benefício de prestação continuada (BPC), o INSS será cientificado de que a avaliação social por canais remotos é medida apta a aumentar o ritmo dessas análises e, dessa forma, reduzir os estoques de requerimentos. Além de serem respeitadas a eficiência e a dignidade humana. Fonte: ASCOM TCU

[Leia mais](#)  
[Retorno ao índice](#)

### **Exigência de intervenção sindical em demissões em massa vale a partir da publicação da ata da decisão do STF**

Poder Judiciário | 13/04/2023 – 20h35min

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a exigência de intervenção sindical prévia em casos de demissão em massa se aplica apenas às demissões ocorridas após 14/6/2022, data da publicação da ata do julgamento do mérito do Recurso Extraordinário (RE) 999435, em que a tese de repercussão geral foi fixada (Tema 638). A decisão foi tomada no julgamento de embargos de declaração, na sessão virtual encerrada em 12/4. Nos embargos, a Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (Embraer) e a Eleb Equipamentos Ltda. alegavam que uma contradição entre a tese de julgamento e o comando decisório do

acórdão teria deixado em aberto a possibilidade de aplicação retroativa do entendimento.

Fonte: ASCOM STF

[Leia mais](#)

[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF  
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: [foco@foco-legislativo.com.br](mailto:foco@foco-legislativo.com.br)